

de 1999, ratificando-a durante a Assembleia Geral da OEA em Windsor em junho de 2000. O Canadá também apóia vigorosamente o início dos trabalhos em prol de uma convenção da ONU contra a corrupção, a ser negociada nos próximos anos em Viena. O Canadá continuará a se concentrar em questões de corrupção e transparência, buscando ampliar a aderência e o apoio a estes instrumentos internacionais.

Liberdade de opinião e de expressão

O respeito à liberdade de opinião e expressão, inclusive a liberdade de imprensa e a liberdade de acesso a informações, constitui um marco da sociedade livre e democrática. A supressão ou o abuso desta liberdade pode levar a conflitos violentos e violações dos direitos humanos, gerando ou exacerbando tensões de natureza étnica ou religiosa, ou precipitando a falta de confiança no governo. As restrições à liberdade de expressão também limitam o grau em que as violações dos direitos humanos tornam-se conhecidas e sejam investigadas, perpetuando desta forma a corrupção e a impunidade do governo.

O Canadá tem agido internacionalmente em relação a esta questão através de mecanismos regionais e da ONU, e através da contribuição a novos projetos em áreas afetadas. Uma das prioridades é o apoio ao Relator Especial da ONU para assuntos de liberdade de expressão, especialmente através da interação eficaz com outros representantes especiais e comissões de inquérito. Estão sendo preparados planos para desenvolver e fortalecer a capacidade de monitorização da liberdade de expressão na Commonwealth, OEA e outros foros regionais. Projetos que visam consolidar recursos localmente também são importantes, tais como assistência voltada ao fortalecimento de mídia livres, de modo a garantir a existência e a variedade dos meios de expressão e de opinião.

O manual de treinamento do Tribunal Penal Internacional

Ao responsabilizar aqueles que cometem crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, o Tribunal Penal Internacional combaterá a impunidade, ajudando a prevenir a ocorrência de atrocidades e contribuindo de uma forma essencial à segurança humana. O Estatuto de Roma para o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, adotado em julho de 1998, já foi assinado por 97 países. Ainda é preciso que sessenta estados ratifiquem o estatuto e adotem sua legislação de implementação antes que o Tribunal passe a funcionar. Até o presente, 12 estados já o fizeram. Alguns estados enfrentam obstáculos legais, devido à complexidade do estatuto.

A fim de auxiliar o avanço do processo, o Canadá presta apoio a duas ONGs canadenses —o Centro Internacional de Reforma do Direito Penal e da Política de Justiça Criminal, e o Centro Internacional de Direitos Humanos e Desenvolvimento Democrático— no desenvolvimento de um manual que assista os estados a fazerem as alterações legislativas necessárias à ratificação e implementação do estatuto, e torne o Tribunal Penal Internacional uma realidade rapidamente.

Governança democrática

A ausência de instituições políticas inclusivas e receptivas pode contribuir ao descontentamento e exclusão sociais e políticos, à desestabilização e, em alguns casos, a conflitos violentos. Por outro lado, as instituições políticas democráticas geram estruturas de governança que promovem e garantem o acesso político, a receptividade e a responsabilidade.

A promoção de uma governança democrática é fundamental para consolidar a capacidade institucional da sociedade de administrar conflitos sem recorrer à violência. O Canadá continuará a contribuir para as iniciativas mundiais e multilaterais de fortalecimento da governança democrática, particularmente em áreas sob risco de conflitos violentos, ou em recuperação destes conflitos. Isto envolverá contribuições voltadas a organizações regionais e internacionais que sejam ativas neste campo, além de apoio a atividades de pesquisa política e consolidação de instituições. Também será dada ênfase ao uso construtivo de novas tecnologias para fortalecer o diálogo e a participação cívica.

Responsabilidade social das empresas

As empresas podem desempenhar um papel construtivo em direitos humanos, desenvolvimento democrático, proteção ambiental, defesa civil, consolidação da paz e prevenção de conflitos nas comunidades em que fazem negócios. O interesse crescente pela responsabilidade social das empresas deve-se em grande parte à importância que o comércio e os investimentos internacionais possuem na formação das prioridades das instituições e governos nacionais.

As atividades empresariais chamaram a atenção internacional quanto a padrões trabalhistas internacionais, proteção do meio ambiente, subornos e corrupção, e - principalmente nas áreas de conflito - considerações humanitárias. A abordagem do Canadá é a de promover e estimular a reflexão sobre normas e padrões acordados internacionalmente em operações de empresas canadenses no exterior. A melhor forma de fazer isso é estimulando o diálogo entre todas as partes interessadas sobre estas questões, e apoiando as iniciativas que fomentam contribuições empresariais positivas nos ambientes sociais e econômicos em que as empresas atuam.

Membros do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia investigam uma sepultura coletiva ao noroeste de Srebrenica, na Bósnia. (1996)



Arquivo de imagens da CP: Staton R. Winter